

Intervenção no Congresso “A Questão Social no Novo Milênio”

- Justiça, Violência e Desigualdades –

Azelene Kaingáng*

A abordagem do tema sob o olhar indígena exige uma contextualização das situações de **“in-Justiça, Violência e Desigualdades”** que vivem hoje os Povos Indígenas do meu País, creio que a minha vivência na minha comunidade, as lições aprendidas nas diversas formas de repressão cultural e tentativas frustradas de integração forçada dos Povos Indígenas a uma sociedade dominante e, por consequência uma militância no movimento indígena nacional que me faz representante dos nossos Povos em três Conselhos Nacionais, podem nos levar a uma reflexão e análise da situação hoje vivida pelos Povos Indígenas no Brasil e, do quanto as diferenças culturais nos tornaram Povos invisíveis e desiguais aos olhos do Estado Brasileiro.

Por outro lado é interessante fazer uma análise dos retrocessos, nas violências cometidas contra os Povos Indígenas e os seus direitos históricos, quando o discurso mais moderno do governo lula, tem como principal argumento a ameaça que supostamente representam os Povos Indígenas caso se continue adotando uma política de reconhecimento e garantia de seus territórios e que, tem como projeto atual e futuro a redução de territórios indígenas e, do quanto o Estado é perverso quando condiciona a consolidação da democracia do Estado Brasileiro à supressão das identidades específicas, falas que são comuns em reuniões do GSI – Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República, ligada a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde é tratada hoje a questão indígena no Brasil no Governo Popular.

Neste caso a perversidade não está no não reconhecimento das diferenças e das diversas culturas dos Povos Indígenas, já que isso foi concretizado na Constituição Federal de 1988. A perversidade está no reconhecimento que faz o governo da existência das diferenças para poder suprimi-las, para usar como argumento de que reconhecê-las através de ações e políticas de inclusão implicam na ameaça a soberania do País, ou seja, o reconhecimento não gera o diálogo multicultural através do qual Estado e Povos Indígenas passam a pensar estratégias de proteção, garantia e inclusão dos índios enquanto diferentes, como a forma mais moderna de consolidar sua democracia, mas o reconhecimento acontece para logo em seguida dar lugar a supressão do diferente, porque a supressão está condicionada ao reconhecimento, Você não destrói o que não conhececs...

- *Socióloga
- Presidente do Warã Instituto Indígena Brasileiro
- Representante dos Povos Indígenas do Brasil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e no Conselho Nacional de Combate a Discriminação;
- Representante dos Povos Indígenas do Brasil nas reuniões de negociação para a busca de Consensos na Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas da OEA.
- Principal Interlocutora dos Povos Indígenas do Brasil no Grupo de Trabalho da Declaração Universal dos Direitos Indígenas da ONU.